

O orçamento fiscal

por Celso Pinto
de Brasília

O orçamento fiscal do próximo ano será equilibrado em Cr\$ 21.586 trilhões, o que significa uma expansão de 88,5% comparado ao número final deste ano, de Cr\$ 11.39 trilhões. É uma expansão razoável, sustentada pelas várias alterações tributárias aprovadas neste ano, mas boa parte destes recursos ficará esterilizada cobrindo contas de subsídios do orçamento monetário.

Este é o quadro contido no projeto de lei enviado ontem pelo Executivo ao Congresso Nacional. O projeto, como é praxe, menciona também a previsão total

de receitas e despesas da União, incluindo as receitas proporcionadas pelas empresas estatais, de administração indireta e fundação. Estas receitas adicionais somam Cr\$ 2.085 trilhões, o que eleva o orçamento global a Cr\$ 23.672 trilhões.

O parâmetro básico de referência, de toda forma, é dado pelo orçamento fiscal. A mensagem de lei menciona que as transferências para cobertura de subsídios do orçamento monetário somarão Cr\$ 1.883 trilhão. Este total, no entanto, refere-se apenas às transferências explícitas em rubricas do orçamento. O grosso das transferências de recursos do orçamento fiscal para o monetário tem tido origem no "excesso de caixa" do Tesouro.

Este excesso de caixa, na realidade, é um artifício que o governo vem utilizando nos últimos anos. É resultado de um processo simples: o orçamento fiscal fixa um recurso qualquer para um ministério, mas sua liberação é parcial e retida ao máximo. Com isso, gera-se um "excesso" de caixa, já previamente embutido na execução orçamentária, e de onde surge a maior parte dos recursos que serão transferidos para o orçamento monetário.

A proporção pode ser visualizada pela distância que separa o total de transferências explícitas (Cr\$ 1,8 trilhão) do valor das transferências globais para o orçamento monetário, que, pelo que se sabe, o governo espera executar no próximo ano: pelo menos Cr\$ 5 trilhões.

A mensagem de lei resalta que o orçamento foi feito "em consonância" com o processo de ajusta-

mento econômico e é coerente com "a diretriz de eliminação do déficit do setor público". Na realidade, o que o Brasil acertou com o FMI foi a virtual eliminação do déficit público, em termos reais, no próximo ano, e, para isto, conta com um forte superávit do orçamento fiscal. Por funções, o orçamento de 1984 respeita a tradição: as aplicações sociais ficaram com a maior fatia (Cr\$ 5.045 trilhões), a de desenvolvimento regional vem em seguida (com Cr\$ 3.180 trilhões) e a agricultura (com Cr\$ 1.164 trilhão).

A principal receita virá do Imposto de Renda (IR) (Cr\$ 6.720 trilhões), reforçada pela criação da retenção para ganhos no open market e antecipação do IR das instituições financeiras. Em segundo lugar vem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com Cr\$ 3.940 trilhões (beneficiado pelo adicional de 11% aplicado sobre bebidas).

O Finsocial ganhou uma enorme dimensão na arre-

cadação fiscal do País. Já no próximo ano, será a terceira maior fonte de recursos, com Cr\$ 1,1 trilhão. O IOF, por sua vez, crescerá menos de 30% devido às alterações deste ano, somando Cr\$ 1.020 trilhão.

As despesas com pessoal e encargos sociais somarão Cr\$ 4.824 trilhões e poderão ser reforçadas, posteriormente, por recursos da reserva de contingência (Cr\$ 2.812 trilhões). As transferências totais para estados e municípios somarão Cr\$ 4,1 trilhões.

A fixação da despesa dos ministérios confere a maior parcela ao Ministério dos Transportes (Cr\$ 1.926 trilhão), seguido da Educação e Cultura (Cr\$ 1.257 trilhão). Em seguida vem o Ministério da Aeronáutica (Cr\$ 843 bilhões), da Agricultura (Cr\$ 804 bilhões) e do Exército (Cr\$ 570 bilhões). O programa de mobilização energética ficará com Cr\$ 277 bilhões. Os programas especiais (PIN e Proterra) contarão, por sua vez, com Cr\$ 922 bilhões no próximo ano.